

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.992 - AM (2019/0295685-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : TOMAS GOMES DA SILVA NETO
ADVOGADO : TOMÁS GOMES DA SILVA NETO - AM012978
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PACIENTE : ANTONIO MENDES DO NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

EMENTA

HABEAS CORPUS. POSSE DE ARMA DE USO RESTRITO. IMPETRAÇÃO CONTRA LIMINAR EM PRÉVIO *WRIT*. SÚMULA 691/STF. SUPERVENIENTE CONVERSÃO DO FLAGRANTE EM PREVENTIVA. SUPERVENIENTE RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. NOVO FUNDAMENTO. NOVO TÍTULO JUDICIAL LEGITIMADOR DA CONSTRIÇÃO CAUTELAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. EXCESSO DE PRAZO SUPERADO. PERDA DE OBJETO. *Writ* prejudicado.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Antonio Mendes do Nascimento** - preso em flagrante, pela suposta prática do crime tipificado no art. 16, IV, da Lei 10.826/03 (Autos n. 0001402-75.2019.8.04.5301) -, no qual se alega constrangimento ilegal por parte do Tribunal de Justiça do Amazonas, que indeferiu a liminar no *writ* ali impetrado, mantendo a custódia cautelar do paciente (HC n. 4004654-13.2019.8.04.0000).

Daí o presente *habeas corpus*, em que o impetrante postula o deferimento de medida liminar, para que, superado o óbice da Súmula 691 do STF, seja o paciente colocado em liberdade, sob o fundamento de excesso de prazo para homologação do auto de prisão em flagrante delito.

Alega que o paciente está preso desde 31/8/2019 sem apreciação da prisão pelo juiz singular. Sustenta, ainda, excesso de prazo para eventual recebimento da denúncia.

Pleiteia pelo relaxamento da prisão, pela concessão da liberdade provisória ou pela aplicação de qualquer das medidas cautelares do art. 319 do Código de Processo Penal.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

O *writ* perdeu o objeto.

Verifica-se ter sido homologada a prisão em flagrante e convertida a prisão em preventiva, além de ter sido recebida a denúncia (fls. 82/83). Assim, prejudicados os argumentos de excesso de prazo.

Por outro lado, a prisão preventiva agora decorre de novo título judicial. Ora, com a superveniência da conversão do flagrante em preventiva, houve a perda do objeto do *writ*, havendo, agora, título que inaugura nova realidade processual, em que analisados os requisitos da prisão preventiva.

Presentes, dessa forma, inequivocamente, novos elementos a justificar a custódia cautelar do paciente, que não foram objeto de insurgência do presente *mandamus*, tampouco submetidos ao crivo das instâncias ordinárias, não há como se verificar a existência de flagrante ilegalidade apta a ensejar, até mesmo, a concessão de *habeas corpus* de ofício.

Nesse sentido, há precedentes da Quinta e Sexta Turmas:

1. Com relação à tese de excesso de prazo na conversão do flagrante, convém ressaltar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ é remansosa no sentido de que a homologação da prisão em flagrante e sua conversão em preventiva tornam superados os argumentos relativos a eventual irregularidade, diante da produção de novo título a justificar a segregação. Precedentes.

(RHC n. 109.881/MG, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 21/5/2019).

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PREVENTIVA. NULIDADE DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE. QUESTÃO SUPERADA COM A DECRETAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR. QUANTIDADE DO MATERIAL TÓXICO APREENDIDO. PERICULOSIDADE SOCIAL. MAUS ANTECEDENTES. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. INEVIDÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. A homologação do flagrante e sua conversão em preventiva tornam superado o argumento de irregularidades na prisão, diante da produção de novo título a justificar a segregação. Precedente.

2. Não há constrangimento quando a manutenção da custódia preventiva está fundada na quantidade de droga apreendida e no histórico criminal do paciente, portador de maus antecedentes.

3. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando a

Superior Tribunal de Justiça

segregação se encontra justificada no risco concreto de reiteração delitiva.

4. Ordem denegada. Prejudicado o Pedido de Reconsideração n. 424799/2017 às fls. 66/73.

(HC n. 410.163/SP, Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe 27/9/2017).

Ante o exposto, julgo **prejudicado** o *habeas corpus* por perda superveniente do objeto.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

